



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM GESTÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**THAÍNA ROCHA BALBINO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL  
(EMTI): um estudo de caso na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba**

**JOÃO PESSOA  
2024**

**THAÍNA ROCHA BALBINO**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL  
(EMTI): um estudo de caso na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Gestão em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba em parceria com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão em Administração Pública.

**Área de concentração:** Estado, Governo e Políticas Públicas

**Orientador:** Prof. Me. Heverton Felinto Pedrosa de Melo

**JOÃO PESSOA  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B172p Balbino, Thaína Rocha.  
Política pública de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) [manuscrito] : um estudo de caso na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba / Thaína Rocha Balbino. - 2024.  
46 p.  
  
Digitado.  
Monografia (Especialização Gestão em Administração Pública) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.  
"Orientação : Prof. Me. Heverton Felinto Pedrosa de Melo, Especialização em Gestão em Administração Pública - UEPB/ESPEP. "  
1. Políticas públicas. 2. Ensino Médio em Tempo Integral.  
3. Educação pública. I. Título  
  
21. ed. CDD 351

THAÍNA ROCHA BALBINO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL  
(EMTI): um estudo de caso na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação do Curso de Especialização em Gestão em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba em parceria com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão em Administração Pública.

Área de concentração: Estado, Governo e Políticas Públicas

Aprovada em: 06 de Março de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

*Heverton F. P. de Melo*

Prof. Me. Heverton Felinto Pedrosa de Melo (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Carla Goreth Araújo da Silva Farias*

Prof. Me. Carla Goreth Araújo da Silva Farias  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Renata Gomes de Macedo  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Dedico este trabalho à minha família:  
Bruno e Marina - **todo esforço é por nós.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>9</b>
<b>3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA PARAÍBA</b> .....	<b>11</b>
a. Políticas Públicas em Educação: Fundamentos e Pilares.....	11
b. A Rede Estadual de Ensino da Paraíba .....	14
c. O Programa de Educação em Tempo Integral na Paraíba.....	17
d. Lei nº 11.100 de 06 de abril de 2018.....	21
e. Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) .....	23
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>29</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>31</b>
ANEXO 1 – TABELA EXPANSÃO ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NA PARAÍBA (2016-2021).....	32

## **POLÍTICA PÚBLICA DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL (EMTI): um estudo de caso na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba**

Thaína Rocha Balbino\*

### **RESUMO**

Este estudo tem como finalidade a realização de uma análise das políticas públicas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Paraíba, iniciando a partir da identificação do início da política, a partir da concepção do Plano Estadual de Educação até a implementação do Programa de Escola Cidadã Integral. Destaca-se a evolução dessas iniciativas, considerando principalmente os desafios enfrentados pelo estado na expansão e consolidação do ensino médio em tempo integral. Sobre os aspectos metodológicos, foi adotada a abordagem qualitativa, através da realização de um estudo de caso. Já em relação aos procedimentos de coleta e tratamento de dados podemos classificar esse estudo como uma pesquisa bibliográfica e documental (leitura da legislação vigente, artigos científicos, material de orientação produzido pela própria Secretaria de Estado da Educação da Paraíba sobre o objeto estudado). Os resultados apontam os progressos notáveis com a implementação das Escolas Cidadãs Integrais: o modelo pedagógico, por um lado, busca propor aos estudantes paraibanos uma formação abrangente, indo além do acadêmico, incluindo competências socioemocionais e cidadãs. Contudo, desafios como infraestrutura, recursos, formação docente e gestão escolar são destacados. Por fim, sugere-se que estudos futuros aprofundem a avaliação da eficácia dessas escolas, incluindo dimensões socioemocionais e cidadãs, sendo investigado aspectos como: satisfação dos professores, pais e alunos, além de considerar as práticas de outras regiões afim de impulsionar a implementação e desenvolvimento do EMTI na Paraíba. O caminho para a excelência educacional requer um desenvolvimento contínuo, a fim de superar desafios, consolidando a Paraíba como referência na transformação educacional brasileira.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas; Ensino Médio Tempo Integral; Educação Pública.

### **ABSTRACT**

This study aims to carry out an analysis of public policies for Full-Time Secondary Education (EMTI) in *Paraíba*, starting from the identification of the beginning of the policy, from the conception of the State Education Plan to the implementation of the Education Program. Integral Citizen School. The evolution of these initiatives stands out, considering mainly the challenges faced by the state in expanding and consolidating full-time secondary education. Regarding methodological aspects, a qualitative approach was adopted, by carrying out a case study. In relation to data collection and processing procedures, we can classify this study as a bibliographic and documentary research (reading current legislation, scientific articles, guidance material produced by the *Paraíba* State Department of Education on the object studied). The results point to notable progress with the implementation of Integral Citizen Schools: the pedagogical model, on the one hand, seeks to offer students from *Paraíba* a comprehensive training, going beyond academics, including socio-emotional and civic

---

\*Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Especialista em Gestão de Projetos pela Estácio de Sá; Subgerente de Planejamento das Aquisições na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba.

skills. However, challenges such as infrastructure, resources, teacher training and school management are highlighted. Finally, it is suggested that future studies deepen the evaluation of the effectiveness of these schools, including socio-emotional and civic dimensions, investigating aspects such as: satisfaction of teachers, parents and students, in addition to considering practices from other regions in order to boost implementation and development of EMTI in *Paraíba*. The path to educational excellence requires continuous development in order to overcome challenges, consolidating *Paraíba* as a reference in Brazilian educational transformation.

**Keywords:** Public Policies; Full-Time High School; Public Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro tem passado por mudanças significativas nas últimas décadas, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação pública e preparar os estudantes para os desafios do século XXI, que são os confrontos globais como – mudanças climáticas, desigualdade social e problemas políticos. Tais problemas requerem responsabilidade, autonomia, comprometimento e principalmente a necessidade que o jovem se coloque e se entenda como solucionador. Uma das estratégias adotadas para alcançar essas metas foi a implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), uma política pública que visa proporcionar um desenvolvimento educacional mais completa e enriquecedora para os estudantes.

Vale reconhecer a finalidade das políticas públicas, que desempenham um papel fundamental na construção de uma base sólida para o desenvolvimento de uma sociedade. Conforme ressaltado nos estudos de Leonardo Secchi (2014), as políticas públicas são decisões ou ações coletivas direcionadas para a consecução de objetivos específicos ou a resolução de problemas na esfera pública. Elas representam um conjunto de estratégias e diretrizes governamentais para abordar questões e desafios que afetam a sociedade como um todo (SECCHI, 2014).

Essas políticas devem abranger uma ampla gama de áreas, desde educação e saúde até meio ambiente e segurança pública. Em relação à Educação, as políticas públicas são o alicerce sobre o qual diversos programas e ações são construídos em prol de melhorias para a sociedade. Elas delineiam metas, diretrizes e estratégias para ampliar o acesso à educação de qualidade e garantir que os estudantes tenham uma formação mais completa e abrangente.



Além disso, as políticas públicas demandam na alocação de recursos financeiros e humanos necessários para a implementação bem-sucedida do programa. Ao seguir princípios como a universalização do atendimento, a melhoria da qualidade do ensino e a equidade na distribuição de recursos, as políticas públicas moldam o cenário educacional da Paraíba e estabelecem um caminho claro para o desenvolvimento do Ensino Médio em Tempo Integral no estado. Portanto, o entendimento e a aplicação eficaz e eficiente dessas políticas públicas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (CARVALHO ROCHA, 2022; SECCHI, 2014).

No Brasil, uma das transformações mais notáveis nas políticas educacionais nas últimas décadas tem sido a implantação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Essa iniciativa educacional está enraizada em um contexto mais abrangente que procura viabilizar melhorias significativas para a educação básica, sendo parte integrante de um ciclo contínuo de políticas públicas voltadas para o aprimoramento do sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2014; DA SILVA SILVEIRA; MACHADO CRUZ, 2019).

As EMTI representam um marco significativo na busca por uma educação pública de qualidade, a busca pela diminuição da evasão escolar dos estudantes nas escolas e que atenda às demandas dos estudantes e às exigências do século XXI. Elas buscam não apenas estender o tempo de permanência dos alunos na escola, mas também enriquecer a experiência educacional, proporcionando uma formação mais completa. Esse esforço se alinha com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação, que estabelece metas ambiciosas para a melhoria do ensino no país (BRASIL, 2014).

A importância dessas políticas não pode ser subestimada, considerando o papel central da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito fundamental, e as políticas de educação em tempo integral, buscam garantir que esse direito seja efetivamente assegurado de forma integral a todos os estudantes, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Sendo assim, esse estudo se propõe a analisar a implementação do ensino médio em tempo integral na Paraíba, considerando tanto os pilares legais nacionais quanto as particularidades e desafios locais. A investigação se baseou em fontes bibliográficas, documentos legais, a partir do que a Secretaria de Estado de Educação

e demais órgãos reguladores e avaliadores da educação básica (BRASIL, 2017; PARAIBA, 2021, 2018).

O Plano Nacional de Educação, estabelecido por meio da Lei 13.005/2014, define metas e estratégias para a educação no país até 2024, dentro desse plano, a ampliação e melhoria do ensino médio em tempo integral têm sido uma prioridade. A ideia é que a educação em tempo integral possa proporcionar uma formação mais abrangente, contemplando não apenas o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, mas também a formação cidadã e a preparação para o mercado de trabalho (BRASIL, 2014).

No âmbito estadual, cada estado brasileiro elabora o seu Plano Estadual de Educação, alinhado com as diretrizes do PNE, mas adaptado às necessidades específicas da região. No estudo de caso desta pesquisa, focaremos na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, que desempenha um papel crucial na implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) a nível estadual (BRASIL, 2014; PARAÍBA, 2015).

As políticas públicas não são eventos isolados, fazem parte de um ciclo de políticas que envolve o planejamento, implementação, avaliação e revisão constante. Entender esse ciclo é fundamental para analisar a eficácia e os desafios das políticas públicas de educação em tempo integral (SECCHI, 2014). Portanto, este estudo de caso sob a perspectiva da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba buscará fornecer uma análise sobre a política pública de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral na Paraíba, contextualizando-a no panorama nacional e estadual, e investigando o ciclo de políticas públicas que a envolve. Ao compreendermos melhor essa iniciativa, poderemos avaliar seu impacto na educação e no desenvolvimento dos estudantes, contribuindo assim para o debate e aprimoramento das políticas educacionais no Brasil.

Em continuidade, explica-se que esta pesquisa visa realizar uma análise sobre a política pública de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral na Paraíba, contextualizando-a no panorama nacional e estadual, e investigando o ciclo de políticas públicas que a envolve. Ao compreendermos melhor essa iniciativa, poderemos avaliar seu impacto na educação e no desenvolvimento dos estudantes, contribuindo assim para o debate e aprimoramento das políticas educacionais no Brasil.

A implementação do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Paraíba representa um marco significativo no aprimoramento do sistema educacional do estado em consonância com o que acontece no Brasil. Contudo, esse avanço não está isento de desafios complexos que exigem análises estruturadas para compreender completamente o cenário. Diante deste contexto apresentado questiona-se: **como o EMTI está sendo implementado na Paraíba, através da Secretaria de Estado da Educação?**

A fim de responder a problemática de pesquisa o estudo tem como objetivo geral a identificação do status da política pública do EMTI na Paraíba, com um foco abrangente que abarca os aspectos organizacionais, pedagógicos e de gestão que moldam esse modelo educacional inovador, a partir da visão da Secretaria de Estado da Educação. Sendo assim, os objetivos específicos são: a) verificar como se deu o desenvolvimento do EMTI na Paraíba, explorando os movimentos que ocorreram dentro desse processo de ensino e aprendizagem nesse contexto; b) almeja-se identificar o desenvolvimento da implementação do EMTI na Paraíba, bem como as oportunidades latentes que podem influenciar positivamente a educação no estado; e por fim, construir uma análise crítica que permitirá a construção de uma compreensão das barreiras enfrentadas e das perspectivas promissoras oferecidas por essa política educacional inovadora.

A justificativa para a realização deste estudo parte da necessidade de compreender a eficácia das políticas públicas de educação, sobretudo àquelas relacionadas ao ensino médio em tempo integral (EMTI). Em um cenário educacional em constante evolução, a análise detalhada do caso da Paraíba se apresenta como um instrumento para a obtenção de observações significativas sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelas escolas e autoridades educacionais na implementação dessas políticas. Para embasar essa análise, é essencial considerar a legislação vigente que dá respaldo ao EMTI e suas implicações práticas desenvolvidas no Estado da Paraíba.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito fundamental de todos e um dever do Estado, destacando o papel central da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, delineia as diretrizes gerais da educação brasileira e estabelece a estrutura e organização do ensino médio. Dessa forma, a política de educação em tempo integral, como uma modalidade

específica de ensino, deve operar dentro do marco legal estabelecido por esses documentos. No entanto, compreender como essa legislação é traduzida na prática, considerando as nuances e desafios regionais, é de suma importância para aprimorar o sistema educacional como um todo (BRASIL, 1988, 1996).

O contexto da Paraíba, assim como o de outras unidades federativas, apresenta particularidades culturais, sociais e econômicas que influenciam a implementação da política. Logo, este estudo pretende examinar como a legislação federal e a legislação estadual interagem, identificando eventuais divergências, conflitos ou sinergias que possam impactar a eficácia da implementação na Paraíba. Além disso, considerará as experiências e lições aprendidas em âmbito local, que podem contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes e eficientes para a educação em tempo integral em todo o Brasil.

É importante ressaltar que a eficácia da política não se limita apenas aos aspectos legais, mas também se estende à qualidade do ensino oferecido, ao desempenho dos estudantes e à preparação para os desafios do século XXI. Portanto, este estudo buscará não apenas mapear o cenário jurídico, mas também avaliar em paralelo as particularidades pedagógicas e de gestão pedagógicas do desenvolvimento do EMTI. Com base nessa análise abrangente, pretende-se contribuir para o debate nacional sobre a melhoria do sistema educacional, fornecendo dados e conclusões que possam orientar políticas públicas mais eficazes e eficientes, e inclusivas na Paraíba.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este artigo adota uma abordagem metodológica bibliográfica e documental, fundamentada na técnica de estudo de caso delineada por Gil (2008). A escolha dessa metodologia se deve à necessidade de investigar a implementação do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Paraíba a partir de uma análise de fontes bibliográficas, documentos oficiais e conhecimentos empíricos. Esse enfoque permitiu a compreensão abrangente das políticas educacionais e das práticas de ensino médio em tempo integral, bem como a contextualização dessas iniciativas à luz das leis e regulamentos (GIL, 2008).

O estudo iniciou-se pela revisão da literatura especializada, explorando fontes acadêmicas como a própria legislação vigente, livros, artigos, teses e dissertações

que tratam das políticas de educação em tempo integral e da experiência de implementação do EMTI no Brasil e na Paraíba, a partir daí, a pesquisa bibliográfica forneceu a base teórica necessária para contextualizar e embasou a análise do estudo de caso. A pesquisa aconteceu no período compreendido entre Outubro de 2023 e Janeiro de 2024, e foi conduzida a partir da utilização de diversas fontes, incluindo os portais governamentais da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, além disso, foram consultados documentos oficiais, como as Diretrizes Operacionais das Escolas Cidadãs Integrais do Estado da Paraíba, a fim de embasar e fundamentar os dados coletados. Para enriquecer a abordagem, foram realizadas buscas em bases de pesquisa de artigos científicos renomadas, como Google Acadêmico, *Web of Science* e *Scopus*, utilizando as palavras-chaves "educação em tempo integral" e "ensino médio em tempo integral". Essa abordagem abrangente permitiu uma análise mais aprofundada e ampla do panorama educacional, incorporando tanto fontes governamentais quanto pesquisas científicas consolidadas.

Em seguida, foram coletados documentos oficiais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Estadual da Paraíba de nº 11.100/2018 – Educação em Tempo Integral, Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015-2025), Plano Nacional da Educação (2014-2024), Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, Portaria MEC nº 727 de 13 junho de 2017, entre outras diretrizes específicas relacionadas ao EMTI na Paraíba. A partir dessa documentação, foi submetida a uma análise minuciosa para identificar as diretrizes legais que orientam a implementação do EMTI e para compreender como essas políticas são traduzidas na prática, considerando as particularidades regionais (BRASIL, 1988, 1996).

A técnica de estudo de caso de Gil (2008) foi aplicada para investigar detalhadamente a experiência do EMTI na Paraíba, analisando aspectos organizacionais, pedagógicos e de gestão que moldam esse modelo educacional no Estado. Isso incluiu a coleta de relatórios, documentos escolares, dados estatísticos e informações pertinentes fornecidas para os cidadãos pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. A triangulação de dados de diferentes fontes bibliográficas e documentais fortaleceu a validade e a confiabilidade da pesquisa (GIL, 2008).

Por meio desses procedimentos, este estudo buscou oferecer uma análise abrangente e fundamentada das políticas do EMTI na Paraíba, contribuindo para o entendimento dos desafios e das oportunidades associados a essa modalidade de

ensino, bem como para o debate sobre o aprimoramento do sistema educacional no estado e no Brasil como um todo.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA PARAÍBA**

Neste tópico, exploraremos a trajetória das políticas públicas de Educação em Tempo Integral (EMTI) na Paraíba, considerando desde os primeiros fundamentos e estratégias pelo Estado. Abordando desde a formulação do Plano Estadual de Educação até a implementação do Programa de Escola Cidadã Integral, destacando como essas iniciativas tem moldado a paisagem educacional paraibana nos últimos anos. Ao compreender os avanços e desafios, buscamos lançar luz sobre as perspectivas futuras e o impacto dessas políticas na formação integral dos estudantes.

#### **a. Políticas Públicas em Educação: Fundamentos e Pilares**

No cenário complexo e dinâmico das políticas públicas, a área da educação desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais igualitárias e no desenvolvimento de nações. A abordagem de Secchi (2014) sobre políticas públicas oferece reflexões para compreender as complexidades desse campo. Segundo o autor, o estudo intitulado como "Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos", traz a perspectiva das políticas públicas como decisões ou ações coletivas sendo voltadas para a execução de objetivos e/ou resultados, sendo assim, no contexto educacional, tais políticas são vistas como pilares que sustentam a qualidade e a eficácia do sistema de ensino (SECCHI, 2014).

É importante compreender que as políticas públicas não são desenvolvidas do vácuo, são consideradas uma importante abordagem para a compreensão de um procedimento dinâmico pelo qual se dá o ciclo de criação de políticas públicas. Tal processo se dá a partir da formulação, implementação, avaliação e revisão ao longo de um tempo. Os estudos de Secchi (2014) apresentam isto como o "ciclo de políticas públicas", sendo composto por fases interligadas de agenda, formulação, implementação, avaliação e retroalimentação. A compreensão de cada uma dessas etapas é crucial para o pleno exercício de uma política pública ao longo do tempo.

A atuação do Estado na formulação e implementação de políticas públicas em educação, dentro de um ciclo da política, é uma expressão clara de seu compromisso

com a construção de uma sociedade justa e igualitária. Nesse contexto, políticas públicas em educação são instrumentos estratégicos que visam não apenas a universalização do acesso à educação, mas também a promoção da qualidade do ensino, a equidade no sistema educacional e a preparação dos estudantes para os desafios do século XXI.

Dessa forma, este estudo aborda a importância e a complexidade das políticas públicas em educação à luz das ideias de Secchi (2014), não sendo limitado aos marcos teóricos, mas também às práticas e desafios encontrados na implementação dessa política - tais como, o desenvolvimento educacional, e a representação de como essas políticas públicas são declaradas como um compromisso contínuo de aprimoramento de aprendizado equitativo (PARENTE, 2017; SECCHI, 2014).

Nesse contexto de relevância e complexidade das políticas públicas em educação, estudos corroboram com um alicerce teórico valioso para a compreensão das dinâmicas e dos desafios inerentes a esse campo. É nítido o papel vital das políticas públicas na orientação, regulamentação e aprimoramento do sistema educacional, além disso, a universalização do atendimento, a melhoria da qualidade do ensino e a equidade na distribuição de recursos permanecem como os pilares estruturais das políticas públicas eficazes de educação básica no Brasil. Esses princípios, respaldados pela Constituição Federal de 1988, pela LDB, e pelas leis estaduais, não apenas definem as metas, mas também traçam o caminho para a construção de uma sociedade mais justa, onde todos tenham acesso a uma educação de qualidade, com isso compreende-se que o entendimento e a aplicação cuidadosa desses princípios são cruciais para impulsionar o avanço da educação no país (BRASIL, 1988, 1996; MELLO, 1991; SECCHI, 2014).

As políticas públicas de educação são instrumentos essenciais para a promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. Elas representam diretrizes governamentais que visam orientar e regular a educação em todos os níveis, com destaque para a educação básica, que desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos e na construção de uma sociedade mais igualitária. A compreensão aprofundada dessas políticas é crucial para o planejamento, implementação e avaliação de programas educacionais eficazes (MELLO, 1991; SECCHI, 2014).

Estudos a respeito de políticas públicas na área da educação corroboram com o entendimento dos princípios fundamentais para tal: a universalização do

atendimento, a melhoria da qualidade do ensino e a equidade na distribuição de recursos, esses pilares sustentam o alicerce de políticas públicas eficazes de educação básica (MELLO, 1991).

Quando se trata da universalização do atendimento busca assegurar que todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham acesso à educação de qualidade. Isso inclui a erradicação do analfabetismo e o acesso à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece a universalização da educação como um direito fundamental, garantindo o acesso de todos à educação básica e gratuita (BRASIL, 1988; MELLO, 1991).

A melhoria da qualidade do ensino é um pilar crucial. A busca pela excelência educacional envolve a formação adequada de professores, a atualização curricular, a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e a avaliação contínua dos resultados educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fornece as bases legais para a melhoria da qualidade do ensino, estabelecendo diretrizes gerais para a educação brasileira (BRASIL, 1996; MELLO, 1991).

Por fim, a equidade na distribuição de recursos visa garantir que todas as escolas e estudantes tenham acesso a condições adequadas de ensino, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica. Isso implica em políticas de distribuição de recursos financeiros de maneira justa, eficiente e eficaz. Além das normas federais, as leis estaduais sobre educação, incluindo aquelas relacionadas ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), desempenham um papel importante na definição das políticas de financiamento e distribuição de recursos em nível regional (MELLO, 1991).

Portanto, as políticas públicas de educação, respaldadas por pilares como a universalização do atendimento, a melhoria da qualidade do ensino e a equidade na distribuição de recursos, representam um compromisso fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Constituição Federal de 1988 e a LDB estabelecem as bases legais para essas políticas, enquanto as leis estaduais sobre o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) complementam e adaptam essas diretrizes à realidade de cada estado brasileiro. Com isso, compreende-se a importância da absorção desses princípios e sua aplicação eficaz e eficiente como instrumento de avanço para a educação pública brasileira (BRASIL, 1988, 1996; MELLO, 1991).



## **b. A Rede Estadual de Ensino da Paraíba**

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) desempenha um papel de destaque na condução e implementação de políticas educacionais inovadoras no cenário brasileiro, desde o início de sua implementação em 2016. No contexto de uma nação diversa e em constante evolução, a Paraíba tem buscado soluções criativas para melhorar a qualidade do ensino e promover uma educação acessível e equitativa para todos. Nesse sentido, a política do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) emerge como uma iniciativa visionária que objetiva revolucionar o sistema educacional do estado, proporcionando uma formação mais completa e enriquecedora para seus estudantes.

O EMTI representa um marco no compromisso da ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola e fornecendo um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico, cultural e social. Esta política não apenas visa a universalização do acesso, mas também a qualidade do ensino e a equidade no sistema educacional, alinhando-se com diretrizes nacionais e estaduais estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE).

A atuação da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba está intrinsecamente ligada ao cumprimento das metas e diretrizes estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE-PB 2015-2025). Como órgão responsável pela gestão e implementação das políticas educacionais no estado, a SEE-PB desempenha um papel fundamental na transformação do PEE-PB em realidade. A SEE-PB é a executora das estratégias delineadas no plano, trabalhando ativamente para ampliar a oferta de Educação em Tempo Integral, promover a qualidade do ensino, garantir a inclusão e equidade, e alcançar as metas de aprendizado estabelecidas. A conexão entre a SEE-PB e o PEE-PB representa um compromisso conjunto para promover uma educação de qualidade, preparando os estudantes para um futuro de oportunidades e crescimento no estado da Paraíba (PARAÍBA, 2015).

O Plano Estadual de Educação (PEE) da Paraíba é um documento estratégico que estabelece as diretrizes, metas e ações para o sistema de ensino no estado da Paraíba em um período de 10 anos, entre os anos de 2015 a 2025. O objetivo principal

do PEE é orientar o planejamento e a implementação de políticas públicas na área de educação, garantindo um ensino de qualidade e o cumprimento de metas específicas no âmbito estadual (PARAÍBA, 2015).

Através do PEE, a SEE traça metas e estratégias para promover melhorias na educação em diversas áreas, incluindo a educação básica, o ensino superior, a formação de professores e a educação inclusiva, entre outros. O PEE é elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e diretrizes gerais para a educação em todo o país (BRASIL, 2014; PARAÍBA, 2015). Entre os principais elementos abordados em um PEE, destacam-se:

a) **Metas Educacionais:** O PEE define metas específicas a serem alcançadas ao longo do período de vigência do plano. Essas metas podem abranger áreas como a universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a promoção da equidade no sistema educacional.

b) **Estratégias de Implementação:** O plano descreve as estratégias e ações que serão adotadas para atingir as metas estabelecidas. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores, desenvolvimento de currículos, entre outras iniciativas.

c) **Acompanhamento e Avaliação:** O PEE também estabelece mecanismos de acompanhamento e avaliação do progresso em relação às metas estabelecidas. Isso permite que o governo e demais partes interessadas avaliem o impacto das políticas educacionais e façam ajustes conforme necessário.

d) **Participação Social:** O processo de elaboração e implementação do PEE deve envolver a participação ativa de diversos setores da sociedade, incluindo educadores, estudantes, pais, gestores educacionais e outros atores relevantes. A participação social é fundamental para a construção de políticas educacionais democráticas e eficazes.

Com isso, entende-se a importância do PEE como um instrumento essencial de orientação às políticas educacionais na Paraíba, alinhando-a com as diretrizes estabelecidas a nível nacional e buscando melhorar a qualidade da educação e a igualdade de acesso dos estudantes paraibanos ao ensino. A partir de uma visão abrangente para o desenvolvimento educacional do estado, o PEE impulsiona o EMTI

como parte integrante dessa visão, sendo reconhecido como uma política estratégica para a melhoria da qualidade da educação e a promoção da equidade no sistema de ensino (BRASIL, 2014; PARAÍBA, 2015).

Para o aprofundamento do EMTI, o PEE estabelece diretrizes e metas específicas para a expansão do quantitativo de escolas e o aprimoramento das práticas pedagógicas que envolvem o desenvolvimento dessa política. Diante disso, o EMTI emerge como um componente vital na estratégia do PEE como transformador da educação pública paraibana, alinhando-se com as metas de aprendizado, a inclusão e a qualidade educacional estabelecidas no PEE (PARAÍBA, 2015). Alguns dos aspectos que o PEE (PARAÍBA, 2015) aborda sobre o EMTI, como impulsionador da qualidade da educação pública no estado, incluem:

a) **Ampliação da Oferta:** o PEE apresenta a Meta 5 que propõe a oferta da educação em tempo integral, em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da educação básica. Isso significa aumentar o quantitativo de escolas que ofertam jornadas ampliadas de ensino, possibilitando o acesso de mais estudantes à educação (PARAÍBA, 2015).

b) **Qualidade no ensino:** o plano enfatiza a importância de oferecer uma educação em tempo integral de alta qualidade. Isso envolve a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, a formação de professores qualificados e o desenvolvimento de currículos adequados às necessidades dos estudantes que frequentam escolas em tempo integral (PARAÍBA, 2015).

c) **Inclusão e Equidade:** o plano também busca a promoção da equidade na oferta de Educação em Tempo Integral, garantindo que estudantes de todas as origens e condições socioeconômicas tenham acesso a essa modalidade de ensino. Isso é essencial para reduzir as desigualdades educacionais no estado (PARAÍBA, 2015).

d) **Metas de Aprendizado:** o plano estabelece metas específicas de aprendizado para os estudantes que frequentam escolas de Educação em Tempo Integral. Essas metas visam assegurar que os alunos alcancem um desempenho acadêmico sólido e adquiram habilidades relevantes para sua formação (PARAÍBA, 2015).

e) **Participação da Comunidade:** o PEE promove a participação da comunidade, incluindo pais, estudantes e professores, na definição e implementação

de políticas de Educação em Tempo Integral. Isso envolve a criação de mecanismos para envolver ativamente os stakeholders na tomada de decisões relacionadas a essa modalidade de ensino (PARAÍBA, 2015).

f) **Avaliação e Monitoramento:** o plano prevê a necessidade de sistemas eficazes de avaliação e monitoramento da Educação em Tempo Integral para garantir que as metas sejam alcançadas e que a qualidade seja mantida ao longo do tempo (PARAÍBA, 2015).

No contexto da educação na Paraíba, a atuação da Secretaria de Estado da Educação (SEE-PB) em consonância com o Plano Estadual de Educação (PEE-PB 2015-2025) representa o passo a passo para uma transformação do sistema educacional do estado. A SEE-PB desempenha um papel central na implementação das estratégias delineadas no PEE-PB, tornando possível a expansão da oferta de Educação em Tempo Integral, a promoção da qualidade do ensino e a busca pela equidade educacional (PARAÍBA, 2015). O compromisso com a inclusão, o aprendizado de qualidade e o acesso universal à educação é a espinha dorsal dessa colaboração, visando a construção de uma sociedade mais equitativa e preparada para enfrentar os desafios do futuro.

### c. O Programa de Educação em Tempo Integral na Paraíba

A SEE desempenha um papel central na gestão e supervisão das políticas educacionais no estado. Em consonância com a Portaria MEC de nº 727 de 13 de junho de 2017 - que estabelece as diretrizes para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei de nº 13.416 de 16 de fevereiro de 2016, a SEE coordena e implementa as Escolas Cidadãs Integrais, com a coordenação sob liderança de uma Equipe de Implementação, conforme a Portaria MEC anteriormente citada, com a composição de:

- Coordenador Geral;
- Especialista Pedagógico;
- Especialista em Gestão;
- Especialista em infraestrutura.

A equipe de implantação executa e monitora o plano de implementação do EMTI, sendo elaborado em conformidade com os critérios divulgados do MEC. Dentro dessa estrutura, diferentes instâncias desempenham funções específicas -

apresentadas pela Portaria MEC nº 727/2017, para a execução eficaz da política do EMTI (BRASIL, 2017; PARAIBA, 2023).

Essa equipe de implementação do Programa de Educação em Tempo Integral está associada à Gerência Executiva das Escolas Cidadãs Integrais (GEECI) vinculada à Secretaria Executiva de Gestão Pedagógica (SEGEP), conforme apresentada na Lei de nº 12.792 de 02 de outubro de 2023 que redefine e orienta a respeito da Estrutura Organizacional da Rede Pública Escolar da Paraíba. A SEGEP trabalha para a garantia da execução dos currículos e das abordagens pedagógicas para os estudantes da Rede Pública de Ensino, também atuando com a formação inicial e continuada para professores, assegurando a preparação para atendimento das necessidades específicas do EMTI (PARAIBA, 2023).

A Gerência Executiva das Escolas Cidadãs Integrais (GEECI), por sua vez, concentra-se na gestão das escolas de ensino médio em tempo integral, é responsável por coordenar as ações específicas para esse nível de ensino, trabalhando na formação de professores e na promoção de práticas pedagógicas inovadoras, desempenhando um papel fundamental na criação de orientação e diretrizes para o estímulo à melhoria da educação pública de alta qualidade, que prepare os estudantes para a continuidade dos estudos e os desafios da vida adulta.

Em detalhe, a respeito da equipe de implantação composta por coordenação geral e especialistas: pedagógico, em gestão e em infraestrutura, faz parte da GEECI sendo assim uma entidade fundamental para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao EMTI, desempenhando um papel multifacetado e estratégico na implementação e supervisão do Programa Escola Cidadã Integral (BRASIL, 2017; PARAIBA, 2021, 2018). Através do Programa (PARAÍBA, 2021, 2018) é apresentado alguns pontos que esclarecem o papel da equipe de implementação:

a) **Coordenação e Supervisão:** responsabilidade de coordenar e supervisionar a implementação do Programa Escola Cidadã Integral nas escolas cidadãs integrais do estado, isso envolve garantir que as políticas e diretrizes do EMTI sejam seguidas de acordo com as regulamentações estabelecidas.

b) **Desenvolvimento e Atualização:** atuação no desenvolvimento de diretrizes e normas específicas relacionadas à EMTI, mantendo-as atualizadas conforme necessário. Isso inclui a definição de padrões de qualidade, estrutura curricular e demais aspectos que norteiam o funcionamento das escolas integrais.

c) **Formação e Capacitação:** promoção de formação e capacitação dos profissionais envolvidos nas escolas cidadãs integrais, incluindo gestores escolares, coordenadores pedagógicos, coordenadores-administrativo financeiro e professores. Isso visa assegurar que todos estejam preparados para implementar as práticas pedagógicas e administrativas específicas do EMTI.

d) **Acompanhamento e Avaliação:** a equipe de implementação é responsável pela regulação do Plano de Implementação do EMTI que estabelece mecanismos de acompanhamento e avaliação contínua para medir a eficácia do programa. Isso envolve a coleta de dados, análise de resultados e ajustes necessários para aprimorar a qualidade do EMTI no estado.

e) **Articulação com a Comunidade:** A necessidade de manter o estudante em mais tempo na escola estimula a participação da comunidade para subsidiar a presença desses estudantes na escola, com isso, a equipe de implementação estimula às escolas integrais a promoverem a participação e articulação ativa da comunidade escolar, envolvendo os pais, alunos e profissionais da educação no planejamento e avaliação do EMTI, sendo assim, reforça a importância da colaboração e do engajamento de todos os atores na melhoria da educação integral.

A GEECI é a entidade-chave que supervisiona, orienta e aprimora o Programa Escola Cidadã Integral na Paraíba. Seu papel abrange desde a definição de diretrizes até a formação de profissionais, o acompanhamento e a avaliação, promovendo uma educação integral de qualidade e equitativa no estado, possuindo o compromisso com a melhoria do EMTI sendo essencial para a garantia do acesso a uma educação que os prepare os estudantes da rede estadual de ensino para os desafios do futuro (PARAIBA, 2021, 2023).

Todas essas instâncias operam de forma interconectada, colaborando para garantir o sucesso do EMTI no estado da Paraíba, elas compartilham um compromisso comum de proporcionar uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade, capacitando os estudantes a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. A SEE, juntamente com suas diferentes áreas, desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e preparada para o futuro, por meio da promoção da Educação em Tempo Integral no estado.

A Paraíba tem demonstrado um compromisso notável com o EMTI, como evidenciado pelo seu rápido crescimento no número de Escolas Cidadãs Integrais (ECIs) nos últimos anos. Conforme pode ser visto, no Anexo 1 - Tabela Expansão

Escolas Cidadãs Integrais Na Paraíba (2016-2021), a Paraíba conta atualmente com 302 escolas integrais espalhadas pelo Estado, no quadro 1 abaixo podemos ver a evolução da expansão, ano a ano:

**Tabela 1 - Expansão por ano de implantação**

<b>Ano de Implantação</b>	<b>Quantidade de Escolas</b>
2016	8
2017	25
2018	68
2019	53
2020	75
2021	73
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>

Fonte: Elaboração Própria (2024)

A Paraíba, com esse esforço, conquistou a posição de destaque no país em termos de oferta de educação integral, beneficiando mais de 70 (setenta) mil estudantes em 2020. Isso representou um avanço significativo em direção à meta de proporcionar uma educação de qualidade e equitativa a todos os alunos. Esse compromisso também se refletiu em um investimento substancial, com um aporte de R\$ 308 (trezentos e oito) milhões destinados a diversas áreas, incluindo pessoal, alimentação, transporte, materiais, formação inicial e continuada e manutenção/suporte do programa de EMTI.

O ano de 2021 testemunhou outro marco na expansão do Programa de Escola Cidadã Integral na Paraíba, com a adição de mais 73 (setenta e três) ECIs. Essa ampliação resultou na inclusão de 72 (setenta e dois) novos municípios no modelo de ensino, criando 15.150 (quinze mil cento e cinquenta) novas vagas. Com essas adições, todos os 223 (duzentos e vinte e três) municípios do território paraibano passaram a ser contemplados com Escolas Cidadãs Integrais.

A rede de ECIs da Paraíba agora, em 2023, engloba 302 escolas, das quais 151 oferecem cursos técnicos. Essas escolas representam uma transformação na educação, pois proporcionam um ensino em tempo integral que vai além do acadêmico tradicional. O currículo diversificado e a organização curricular flexível, que inclui disciplinas obrigatórias, componentes integradores e disciplinas eletivas escolhidas pelos estudantes, permitem que os jovens se desenvolvam de acordo com

seu projeto de vida. Vale salientar que o programa EMTI (PARAIBA, 2021) atual no Estado possui diversos tipos de escolas em tempo integral, sendo elas:

- **Escola Cidadã Integral (ECI)** - que oferta ensino propedêutico, sua matriz apresenta as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assim como disciplinas da Parte Diversificada (Eletiva, Projeto de Vida, Tutoria, Estudo Orientado e Colabore e Inove - Ci9) sendo desenvolvidas em 9h de aulas por dia (PARAIBA, 2021).
- **Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT)**- que além do ensino médio oferta ao mesmo tempo, ensino médio profissionalizante com o desenvolvimento de cursos técnicos, atualmente a Paraíba possui a oferta de 54 tipos de cursos diferentes nos diferentes Eixos a partir do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT (PARAIBA, 2021).
- **Escola Cidadã Integral Indígena (ECII)** - sendo um dos primeiros estados do Brasil a ofertar o ensino médio em tempo integral exclusivamente para a comunidade indígena. A ECII segue a mesma matriz da ECI, incluindo a diversidade indígena no currículo com a oferta de disciplinas como: Tupi (PARAIBA, 2021).
- **Escola Cidadã Integral Socioeducativa** - em 2017, algumas unidades socioeducativas foram inseridas no escopo da ECI. As unidades socioeducativas possuem currículo específico, mas inclui diversas particularidades das integrais, principalmente no que diz respeito ao Projeto de Vida-os estudantes são motivados a pensar em seus projetos de vida e apresentados a possibilidades além da realidade vivenciadas por eles (PARAIBA, 2021).

As ECIs promovem a formação integral dos estudantes, considerando não apenas suas competências cognitivas, mas também as socioemocionais. Para isso, oferecem salas temáticas, laboratórios e outros espaços de vivências, onde os alunos podem explorar seu potencial e se tornar protagonistas em seus locais de atuação (PARAIBA, 2021). Com essa abordagem, a Paraíba demonstra reforçar seu compromisso com uma educação inclusiva, capacitando os estudantes a enfrentar os desafios do século XXI e a se tornarem cidadãos preparados para o futuro.

**d. Lei nº 11.100 de 06 de abril de 2018**



A Lei nº 11.100, promulgada em 06 de abril de 2018, é um marco fundamental que delinea o Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) no estado da Paraíba, tal legislação estabeleceu as diretrizes e princípios necessários para a criação e implementação das escolas de ensino médio integral na Paraíba, em total sintonia com os esforços do governo estadual para fomentar uma educação de qualidade e equitativa.

A Lei Estadual de nº 11.100 de 2018 (PARAÍBA, 2018) reconhece o EMTI como um mecanismo enriquecedor da experiência educacional dos estudantes, com o principal objetivo proporcionar uma jornada escolar mais abrangente, oferecendo aos alunos a oportunidade de imergir em atividades pedagógicas, culturais e esportivas, além de complementar seus estudos com atividades que promovam o desenvolvimento integral. O EMTI visa não apenas transmitir conhecimento acadêmico, mas também desenvolver habilidades sociais, culturais e cidadãs que os preparem para enfrentar os desafios do século XXI.

A legislação estabelece diretrizes específicas para a estruturação das escolas do EMTI, incluindo a organização do currículo, carga horária, formação dos professores e a promoção da participação ativa da comunidade escolar. Além disso, a Lei nº 11.100/2018 define mecanismos de acompanhamento e avaliação para garantir a eficácia do EMTI, bem como para mensurar o impacto dessas escolas no desempenho acadêmico dos estudantes.

Essa lei apresenta à sociedade paraibana uma visão holística da educação em tempo integral, reconhecendo que a formação dos estudantes vai além do conteúdo acadêmico tradicional. Ela promove a ampliação do currículo, incluindo atividades pedagógicas, culturais, esportivas e cidadãs, com o objetivo de proporcionar uma experiência educacional rica e diversificada. Além disso, estabelece uma carga horária estendida em comparação com as escolas de ensino médio convencionais, permitindo uma imersão mais profunda nas atividades de aprendizagem.

A priorização da formação de professores é resultado do reconhecimento que o desenvolvimento pleno do EMTI é dependente da qualidade do corpo docente, portanto a definição de diretrizes para a formação inicial e continuada dos professores da Rede Estadual de Ensino da Paraíba garante que eles estejam preparados para atender às necessidades dos alunos nessa modalidade de ensino.

Essa legislação institui mecanismos de monitoramento e avaliação contínua para assegurar a eficácia do EMTI e mensurar seu impacto no desempenho

acadêmico dos estudantes. Demonstra o comprometimento do estado da Paraíba em oferecer uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade, visando capacitar os estudantes para lidar com os desafios do século XXI.

#### **e. Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)**

As Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Paraíba são conhecidas como “Escolas Cidadãs Integrais”, representando uma abordagem transformadora na educação, não apenas pela ampliação da carga horária, mas também por sua metodologia inovadora. Essas escolas são construídas sobre pilares sólidos que buscam uma formação mais completa e integrada dos estudantes, a partir da visualização que o mais importante é o jovem e o seu projeto de vida, as ECIs procuram envolver: formação acadêmica de excelência, formação para a vida e as formações de competências para o século XXI (PARAIBA, 2021).

Um dos pilares fundamentais do EMTI é a construção do Projeto de Vida dos estudantes. Isso vai além do currículo tradicional e permite que os alunos identifiquem seus interesses, paixões e objetivos pessoais e profissionais, sendo através de tutoria e orientação focada no estudante, eles são incentivados a estabelecer metas claras e a traçar um caminho para alcançá-las. O Projeto de Vida é uma ferramenta poderosa que capacita os estudantes a serem protagonistas de sua própria jornada educacional e de vida (PARAIBA, 2021).

Uma característica marcante neste modelo é a utilização de metodologias ativas, colocando o estudante como agente ativo em seu processo de aprendizagem. A abordagem pedagógica busca estimular o desenvolvimento integral dos estudantes. Com isso, para além dos conhecimentos acadêmicos, são estimuladas habilidades socioemocionais, no interesse de preparar os estudantes paraibanos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para uma vida cidadã plena (PARAIBA, 2021).

Do outro lado da abordagem pedagógica, o modelo aplicado na Paraíba também apresenta um forte modelo de gestão - sendo utilizado ferramentas e instrumentos de gestão para colaborar com os gestores escolares no desenvolvimento da rotina escolar. Para os gestores, coordenadores pedagógicos e coordenadores administrativo-financeiros que atuam nas ECIs também é ofertado formação inicial e continuada, buscando estimular competências de gestão alinhadas em toda a rede.

Além de buscar garantir uma melhora na qualidade, eficiência e eficácia da gestão escolar das escolas estaduais (PARAIBA, 2021).

Por fim, as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral na Paraíba não são apenas uma extensão do tempo de permanência na escola. Elas representam uma abordagem pedagógica abrangente que promove a formação integral dos estudantes, incentivando-os a se tornarem agentes ativos de sua própria educação e de suas vidas. Essas escolas não apenas ampliam a carga horária, mas também expandem as perspectivas e os horizontes dos estudantes, preparando-os para um futuro promissor (PARAIBA, 2021).

A implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (ECIs) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECITs) na Paraíba representa uma mudança substancial no cenário educacional, trazendo consigo benefícios e desafios em proporções equilibradas. Esta avaliação é respaldada por uma análise fundamentada no exame da legislação referente ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), diretrizes educacionais e documentos operacionais específicos relacionados a esse processo na Paraíba.

Este processo de análise abrangeu desde o planejamento inicial até a implementação prática, considerando a infraestrutura, a formação docente, a gestão escolar, o engajamento da comunidade, a equidade e inclusão, a avaliação do aprendizado e as políticas públicas. A compreensão desses elementos foi alicerçada em dados concretos extraídos de fontes oficiais, garantindo uma abordagem abrangente e embasada (PARAIBA, 2021).

Nesse contexto, a legislação vigente referente ao Ensino Médio em Tempo Integral foi analisada, proporcionando *insights* cruciais para a compreensão dos fundamentos e propósitos estabelecidos pelo marco regulatório. Além disso, a análise das diretrizes educacionais e documentos operacionais específicos da Paraíba permitiu uma contextualização mais precisa dos desafios e benefícios observados na implementação das ECIs e ECITs (BRASIL, 2017; PARAIBA, 2021).

A integração entre a experiência prática e uma fundamentação robusta em normativas proporciona um aprimoramento na análise e na compreensão do impacto do modelo educacional na realidade paraibana. Os desafios elencados neste estudo surgem da minuciosa análise das regulamentações e legislação vigente, aliada aos pilares do Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) na Paraíba (PARAIBA, 2021). Esses pilares são:

- **Protagonismo Juvenil:** reconhecendo o estudante como agente central em todas as situações educacionais, e a escola como facilitadora na construção de seu projeto de vida;

- **Formação Continuada:** caracterizada pelo contínuo aprimoramento profissional, visando o autodesenvolvimento na carreira docente e o papel essencial do educador;

- **Corresponsabilidade:** fomentando a participação ativa de todos os envolvidos na comunidade escolar, desde membros da comunidade até os profissionais da educação, na promoção da aprendizagem dos estudantes;

- **Excelência em Gestão:** fundamentada na eficiente administração escolar, buscando o alcance de objetivos, metas e resultados estabelecidos para a unidade educacional;

- **Replicabilidade:** visando a disseminação de metodologias comprovadamente eficazes e passíveis de serem replicadas entre as escolas do Programa de Ensino Integral.

A análise desses elementos suscita reflexões sobre os caminhos a serem trilhados para atender plenamente às diretrizes do EMTI. Para isso, apresenta-se uma lista de desafios identificados:

a. Garantir **infraestrutura e recursos** adequados está diretamente associado ao pilar de **Excelência em Gestão**. Uma gestão eficaz deve assegurar que todas as escolas tenham acesso a instalações físicas adequadas, laboratórios especializados, tecnologia educacional e recursos didáticos.

b. A **formação contínua** dos professores é essencial para promover o Protagonismo Juvenil, e também está associado diretamente ao pilar de Formação Continuada. Afinal, professores capacitados são fundamentais para implementar metodologias inovadoras que reconheçam os estudantes como sujeitos centrais no processo educacional.

c. A necessidade de uma **gestão escolar mais flexível e adaptável** está associada aos pilares de **Corresponsabilidade e de Excelência em Gestão**. Líderes educacionais eficazes e competentes são necessários para envolver todos os envolvidos na comunidade escolar, incluindo alunos, na responsabilidade pela aprendizagem.

d. O **engajamento da comunidade** está diretamente ligado ao pilar de **Corresponsabilidade**. Envolver os pais, alunos e a comunidade local na vida escolar é essencial para que assumam um papel ativo na promoção do sucesso educacional dos estudantes.

e. A garantia de **equidade e inclusão** está associada ao pilar de **Protagonismo Juvenil**. Oferecer oportunidades igualitárias a todos os estudantes, independentemente de sua origem, reconhece-os como sujeitos centrais no processo educacional.

f. **Avaliação abrangente e acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes** estão relacionados ao pilar de **Protagonismo Juvenil**. Uma avaliação que vá além das notas acadêmicas reconhece o progresso dos estudantes em todas as áreas, incluindo as socioemocionais, colocando-os no centro do processo educacional.

g. A **sustentabilidade financeira** está diretamente associada ao pilar de **Excelência em Gestão**. Uma gestão eficaz deve garantir investimentos contínuos para assegurar recursos financeiros adequados para a expansão e manutenção das ECIs e ECITs.

h. A **resistência à mudança** está associada ao pilar de **Corresponsabilidade**. Superar essa resistência requer o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar na responsabilidade pela implementação de mudanças educacionais substanciais.

i. Desenvolver **métodos de avaliação** adequados está diretamente relacionado ao pilar de Protagonismo Juvenil. Uma avaliação que capture adequadamente o progresso dos estudantes em uma abordagem de ensino integral é essencial para acompanhar seu desenvolvimento educacional e impactar positivamente na vida escolar deste estudante.

j. A **criação de políticas públicas consistentes** está associada ao pilar de **Replicabilidade**. Políticas claras e consistentes promovem a educação integral e preveem estratégias de implementação a longo prazo, facilitando a replicação bem-sucedida das ECIs e ECITs em diferentes contextos educacionais.

Apesar dos passos e processos inerentes à implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral na Paraíba, é necessário reconhecer o notável avanço que esse modelo apresenta para o sistema educacional do estado. A sua

abordagem visa oferecer aos estudantes uma formação mais completa e contextualizada, adequando-se aos requisitos e desafios do século XXI.

A superação dos processos descritos, requer uma abordagem colaborativa e integrada. Engajar professores, pais, autoridades educacionais e toda a comunidade paraibana torna-se crucial para enfrentar os obstáculos identificados, desde a infraestrutura e formação de professores até a gestão escolar e o engajamento comunitário. Essa sinergia de esforços é essencial para criar um ambiente propício ao pleno desenvolvimento do modelo das ECIs e ECITs, assegurando a eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

Ao buscar soluções coletivas, respaldadas pela análise criteriosa de dados empíricos e referências normativas, a Paraíba posiciona-se de maneira estratégica para consolidar e aprimorar ainda mais esse avançado modelo educacional. Dessa forma, a comunidade educacional paraibana desempenha um papel ativo na construção de um sistema de ensino que não apenas supera desafios, mas também se adapta dinamicamente às necessidades e aspirações dos estudantes, preparando-os para um futuro cada vez mais complexo e desafiador.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inicialmente, vale considerar que o EMTI está sendo implementado na Paraíba pela Secretaria de Estado da Educação através de iniciativas que incluem a expansão das Escolas de Ensino Médio Integral (ECIs) e Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (ECITs), investimentos em infraestrutura, formação contínua de professores e promoção do engajamento da comunidade escolar.

Em continuidade, esta análise identificou diversos pontos positivos e negativos que contribuem para a melhoria desta política. Inicialmente, destaca-se o notável avanço proporcionado pela implementação das Escolas de Ensino Médio Integral (ECIs) e das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (ECITs) na educação paraibana. Este modelo pedagógico inovador, fundamentado nos pilares da formação integral, projetos de vida, tutoria, ciclos de aprendizagem e uma abordagem interdisciplinar, possui o potencial de preparar os estudantes de maneira mais abrangente para os desafios do século XXI, incluindo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também as competências socioemocionais e cidadãs. As ECIs e

ECITs promovem uma educação que reconhece a singularidade de cada aluno, permitindo que construam seu próprio caminho de aprendizado.

Por outro lado, através da pesquisa foram identificados uma série de desafios enfrentados por essas instituições, classificados como pontos negativos. A infraestrutura e a alocação de recursos ainda representam obstáculos significativos; garantir que todas as escolas tenham acesso a laboratórios, tecnologia educacional e recursos didáticos adequados é uma tarefa complexa, especialmente em um cenário de recursos limitados. Além disso, a formação de professores é outro desafio, uma vez que a pedagogia das ECIs e ECITs requer uma equipe docente altamente capacitada para implementar as metodologias inovadoras. A gestão escolar e a participação da comunidade também são áreas que exigem atenção constante para garantir o sucesso desse modelo educacional.

Ademais, o sucesso das ECIs e ECITs depende da superação de resistências à mudança e da promoção de políticas públicas consistentes. A avaliação da aprendizagem em uma abordagem de ensino integral também é um desafio metodológico importante, uma vez que se deve medir o progresso dos estudantes em todas as áreas relevantes. A equidade na distribuição de recursos e a promoção da diversidade são preocupações fundamentais, visando garantir que todas as ECIs e ECITs ofereçam oportunidades igualitárias a estudantes de diferentes origens.

Sugere-se que futuros estudos se aprofundem na avaliação da eficácia das ECIs e ECITs em termos do desempenho acadêmico, socioemocional e cidadão dos estudantes. Além disso, investigações sobre a satisfação e engajamento dos professores, pais e alunos podem oferecer descobertas valiosas sobre o impacto desse modelo. Considerar as melhores práticas de outras regiões que também adotaram ECIs e ECITs pode fornecer informações úteis para aprimorar a implementação na Paraíba.

Em conclusão, as ECIs e ECITs representam uma abordagem inovadora para a educação, com o potencial de preparar os estudantes para mais oportunidades na vida e contribuição significativa para o desenvolvimento do estado da Paraíba. A superação dos desafios identificados requer um esforço contínuo de todos os envolvidos no sistema educacional. A Paraíba está diante de uma oportunidade única de liderar a transformação da educação e de inspirar outras regiões do Brasil a adotar abordagens semelhantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.**, 1988.

BRASIL, G. do. **Portaria MEC nº 727/2017**, 2017.

BRASIL, G. F. **LEI Nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.**, 2014.

BRASIL, M. da E. e C. **LDB - Lei nº 9394/96**, 1996.

CARVALHO ROCHA, D. R. D. A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DA CIDADE EDUCADORA. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 4, n. 3, p. 536–547, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36732/riep.vi.183>

DA SILVA SILVEIRA, É.; MACHADO CRUZ, M. A AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL PARA O ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO. **Revista de Ciências Humanas**, v. 20, n. 03, p. 92–115, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31512/19819250.2019.20.03.92-115>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. (6ª Edição).

MELLO, G. N. de. Políticas públicas de educação. v. 5, *Estudos Avançados*, p. 7–47, 1991.

PARAIBA, G. da. **Diretrizes Operacionais das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas da Paraíba -2021.** , 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17oGWLE6ATwZ08m5a26BLsGKH5oGFrgjl/view>. Acesso em: 2 nov. 2023.

PARAÍBA, G. do E. da. **LEI Nº 10.488 - Plano Estadual da Educação da Paraíba (PEE)**, 2015. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee\\_pb.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_pb.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

PARAIBA, G. D. **Lei nº 11.100 de 06 de abril de 2018 - Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências.**, 2018. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1LGQHD5tiNsvMV4CugWGV0mGRjIxcD\\_Zm/view](https://drive.google.com/file/d/1LGQHD5tiNsvMV4CugWGV0mGRjIxcD_Zm/view). Acesso em: 2 nov. 2023.

PARAIBA, G. D. **LEI Nº 12.792 DE 02 DE OUTUBRO DE 2023 - Itera a Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, que definiu a Estrutura Organizacional da**



**Administração Direta do Poder Executivo; redefinição da Rede Pública Escolar no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências, 2023.**

PARENTE, C. D. M. D. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 2, p. 415–434, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623661874>

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª Edição ed. São Paulo: Cengage Learning., 2014.

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – TABELA EXPANSÃO ESCOLAS CIDADÃS INTEGRAIS NA PARAÍBA  
(2016-2021)**

<b>Cont.</b>	<b>Nome da Escola</b>	<b>Nome do Município</b>	<b>Ano de Implantação</b>
1	ECI Heliton Santana	Santa Rita	2016
2	ECIT Bayeux - Erenice Cavalcante Fidelis	Bayeux	2016
3	ECIT Padre Hildon Bandeira	João Pessoa	2016
4	ECIT Mangabeira - João Pereira Gomes Filho	João Pessoa	2016
5	ECIT Nenzinha Cunha Lima	Campina Grande	2016
6	ECI Francelino Alencar Neves	Itaporanga	2016
7	ECIT Dr. Antônio Batista Santiago	Itabaiana	2016
8	ECIT Mamanguape - João da Mata Cavalcanti de Albuquerque	Mamanguape	2016
9	ECI Irineu Pinto	Bayeux	2017
10	ECI Luis Ramalho	João Pessoa	2017
11	ECIT Alice Carneiro	João Pessoa	2017
12	ECIT José Guedes Cavalcante	Cabedelo	2017
13	ECIT Monsenhor Odilon Pedrosa	Sapé	2017
14	ECI Humberto Lucena	Cacimba de Dentro	2017
15	ECI José Soares de Carvalho	Guarabira	2017
16	ECI Dr Hortênsio de Sousa Ribeiro (PREMEN)	Campina Grande	2017
17	ECIT Severino Cabral	Campina Grande	2017
18	ECIT Cuité - Jornalista Jose Itamar da Rocha Cândido	Cuité	2017
19	ECI Orlando Venâncio dos Santos	Cuité	2017
20	ECIT Seráfico Nobrega	São Mamede	2017
21	ECI Joselita Brasileiro	Igaracy	2017
22	ECIT Obdulia Dantas	Catolé do Rocha	2017
23	ECIT José Gonçalves Queiroz	Sumé	2017
24	ECI Monsenhor Manoel Vieira	Patos	2017
25	ECIT Ezequiel Fernandes	Junco do Seridó	2017
26	ECIT Nobel Vita	Coremas	2017
27	ECIT São Bento	São Bento	2017
28	ECIT Cajazeiras - Nicéa Claudino Pinheiro	Cajazeiras	2017

29	ECI Mestre Julio Sarmiento	Sousa	2017
30	ECIT Nossa Senhora do Bom Conselho	Princesa Isabel	2017
31	ECIT Monsenhor Vicente de Freitas	Pombal	2017
32	ECI Senador Rui Carneiro	Mamanguape	2017
33	ECIT Henrique Fernandes de Farias	Curral de Cima	2017
34	ECI Liliosa Paiva Leite	João Pessoa	2018
35	ECIT Auricélia Maria da Costa	Caaporã	2018
36	ECIT Cônego Francisco de Lima	João Pessoa	2018
37	ECIT Daura Santiago Rangel	João Pessoa	2018
38	ECIT Eneas de Carvalho	Santa Rita	2018
39	ECIT Francisca Ascensão Cunha	João Pessoa	2018
40	ECIT Horácio de Almeida	João Pessoa	2018
41	ECIT Ilza de Almeida Ribeiro	Conde	2018
42	ECIT João Roberto Borges	João Pessoa	2018
43	ECIT José do Patrocínio	João Pessoa	2018
44	ECIT José Paulo de França	Mari	2018
45	ECIT Linduarte Noronha	João Pessoa	2018
46	ECIT Luiz Gonzaga de Albuquerque Burity	João Pessoa	2018
47	ECIT Maria do Carmo Miranda	João Pessoa	2018
48	ECIT Nicodemos Neves	João Pessoa	2018
49	ECIT Olivina Olívia Carneiro da Cunha	João Pessoa	2018
50	ECIT Oswaldo Pessoa	João Pessoa	2018
51	ECIT Papa Paulo VI	João Pessoa	2018
52	ECIT Pedro Anísio Bezerra Dantas	João Pessoa	2018
53	ECIT Presidente João Goulart	João Pessoa	2018
54	ECIT Professor Olívio Pinto	João Pessoa	2018
55	ECIT Raul Machado	João Pessoa	2018
56	ECIT Renato Ribeiro Coutinho	Alhandra	2018
57	ECIT Alfredo Pessoa Lima	Solânea	2018
58	ECIT Benjamin Maranhão	Araruna	2018
59	ECIT Guarabira - Dom Marcelo Pinto Carvalheira	Guarabira	2018
60	ECIT Emiliano de Cristo	Guarabira	2018

61	ECIT José Rocha Sobrinho	Bananeiras	2018
62	ECI Assis Chateaubriand	Campina Grande	2018
63	ECI Félix Araújo - Campina Grande	Campina Grande	2018
64	ECI Itan Pereira	Campina Grande	2018
65	ECI Monte Carmelo	Campina Grande	2018
66	ECI Virginius da Gama e Melo	Campina Grande	2018
67	ECIT Anésio Leão	Campina Grande	2018
68	ECIT Campina Grande - Professor Bráulio Maia Junior	Campina Grande	2018
69	ECIT Elpídeo de Almeida (PRATA)	Campina Grande	2018
70	ECIT Irmã Stefanie	Campina Grande	2018
71	ECIT José Bronzeado Sobrinho	REMÍGIO	2018
72	ECIT Deputado Genival Matias	Juazeirinho	2018
73	ECIT Melquiades Vilar	Taperoá	2018
74	ECIT Esperança Monsenhor Jose da Silva Coutinho	Esperança	2018
75	ECIT Plínio Lemos	Puxinanã	2018
76	ECIT Raul Córdula	Campina Grande	2018
77	ECI Antônio Coelho Dantas	Nova Palmeira	2018
78	ECI Graciliano Fontini Lordão	Pedra Lavrada	2018
79	ECI Prefeito Aguitônio Dantas	Frei Martinho	2018
80	ECIT Francisco Marques Mello	Damião	2018
81	ECIT Iolanda Tereza Chaves Lima	Cubati	2018
82	ECIT Professor Lordão	Picuí	2018
83	ECIT Dionisio da Costa	Patos	2018
84	ECIT Patos - Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque	Patos	2018
85	ECIT Adilina de Sousa Diniz	Diamante	2018
86	ECIT Francisco de Assis Gonzaga	Prata	2018
87	ECIT José Leite de Sousa	Monteiro	2018
88	ECIT Serra Branca - Inácio Antonino	Serra Branca	2018
89	ECIT Itaporanga -Mons. José Sinfrônio de Assis Filho	Itaporanga	2018
90	ECIT Luiz Gonzaga Burity/Rio Tinto	Rio Tinto	2018
91	ECI Auzanir Lacerda	Patos	2018
92	ECIT Padre Jerônimo Lauwen	Santa Luzia	2018

93	ECI Nossa Sra da Conceição	Belém do Brejo do Cruz	2018
94	ECIT José Olímpio Maia	Brejo do Cruz	2018
95	ECI Elaine Soares Brasileiro	Santa Helena	2018
96	ECIT Coronel Jacob Guilherme Frantz	São João do Rio do Peixe	2018
97	ECIT Cristiano Cartaxo	Cajazeiras	2018
98	ECIT Estadual Chiquinho Cartaxo	Sousa	2018
99	ECIT Arlinda Pessoa da Silva	Juru	2018
100	ECIT João Úrsulo	Pedras de Fogo	2018
101	ECIT Cícero Severo Lopes	São Domingos	2018
102	ECI Almirante Saldanha	João Pessoa	2019
103	ECI Imaculada Conceição	Cabedelo	2019
104	ECI Liceu Paraibano	João Pessoa	2019
105	ECI Luzia Simões Bartollini	João Pessoa	2019
106	ECI Padre Ibiapina	João Pessoa	2019
107	ECIT Dom José Maria Pires	João Pessoa	2019
108	ECIT Durval Guedes	Pitimbu	2019
109	ECIT Izaura Falcao de Carvalho	Lucena	2019
110	ECIT Luis de Azevedo Soares	Santa Rita	2019
111	ECIT Manoel Lisboa	João Pessoa	2019
112	ECIT Maria Honorina Santiago	Santa Rita	2019
113	ECIT Severino Dias de Oliveira - Mestre Sivuca	João Pessoa	2019
114	ECIT Prof. Antônio Gomes	Bayeux	2019
115	ECIT Professor Raul Córdula	João Pessoa	2019
116	ECI Augusto de Almeida	Pirpirituba	2019
117	ECI Francisco Pessoa de Brito	Araçagi	2019
118	ECI Sagrado Coração de Jesus	Duas Estradas	2019
119	ECIT Agenor Clemente dos Santos	Alagoinha	2019
120	ECIT Efigênio Leite	Borborema	2019
121	ECIT Márcia Guedes Alcoforado de Carvalho	Belém	2019
122	ECI Audiocomunicação de Campina Grande - AC (EDAC)	Campina Grande	2019
123	ECI Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz	Campina Grande	2019
124	ECI Deputado Carlos Pessoa Filho	Aroeiras	2019

125	ECI João Rogério D Toledo	Assunção	2019
126	ECI Maria José de Souza	Montadas	2019
127	ECI Solon de Lucena	Campina Grande	2019
128	ECIT Dr. Trajano Nóbrega	Soledade	2019
129	ECIT Francisca Martiniano da Rocha	Lagoa Seca	2019
130	ECIT João Lelys	Livramento	2019
131	ECIT Conselheiro José Braz do Rego	Boqueirão	2019
132	ECIT Ministro José Américo de Almeida	Areia	2019
133	ECIT Poeta Mario Vieira da Silva	Matinhas	2019
134	ECIT Prefeito Williams de Sousa Arruda	Campina Grande	2019
135	ECIT Pres. João Pessoa	Umbuzeiro	2019
136	ECIT Prof. Maria Cecília de Castro	Alcantil	2019
137	ECI Pedro Henrique da Silva	Cuité	2019
138	ECIT José Leal Ramos	São João do Cariri	2019
139	ECIT Pedro Bezerra Filho	Camalaú	2019
140	ECIT Sebastiao Guedes da Silva	Teixeira	2019
141	ECI Gertrudes Leite	Desterro	2019
142	ECIT José Siqueira	Conceição	2019
143	ECI João Suassuna	Catolé do Rocha	2019
144	ECIT Padre Aristides	Bom Sucesso	2019
145	ECI Prof <sup>o</sup> Crispim Coelho	Cajazeiras	2019
146	ECIT Prof. <sup>a</sup> Francisca Fonseca Matias	Poço José de Moura	2019
147	ECIT Dr Silva Mariz	Marizópolis	2019
148	ECI Adriano Feitosa	Tavares	2019
149	ECIT Ana Ribeiro	Salgado de São Félix	2019
150	ECIT Luiz Gonzaga Burity - 12	Ingá	2019
151	ECIT Teonas da Cunha Cavalcante	Juripiranga	2019
152	ECIT Dr Trajano Pires da Nobrega	Condado	2019
153	ECI Severino Félix de Brito	Itapororoca	2019
154	ECIT Alzira Lisboa	Jacaraú	2019
155	ECI Ene Cassiano Ribeiro Coutinho	Sapé	2020
156	ECI João Caetano	Bayeux	2020

157	ECI Maria de Lourdes Araujo	Santa Rita	2020
158	ECI Milton Campos	João Pessoa	2020
159	ECI Pedro Lins Vieira de Melo	João Pessoa	2020
160	ECI Prof Celestin Malzac	João Pessoa	2020
161	ECI Prof Paulo Freire	João Pessoa	2020
162	ECI Tenente Lucena	João Pessoa	2020
163	ECIT Abreu e Lima	Cabedelo	2020
164	ECIT Dep. Fernando Milanez	Cruz do Espírito Santo	2020
165	ECIT Prof Pedro Augusto Porto Caminha(EEPAC)	João Pessoa	2020
166	ECIT Riachao do Poco	Riachão do Poço	2020
167	ECI Antonieta C. de Menezes	Pilões	2020
168	ECI Antônio Bento	Serraria	2020
169	ECI Dr. Tercilio Teixeira da Cruz	Tacima	2020
170	ECI Governador Clóvis Bezerra Cavalcanti	Dona Inês	2020
171	ECI Odilon Nelson Dantas	Cuitegi	2020
172	ECI Prof Maria Gertrudes de Carvalho Neves	Caiçara	2020
173	ECIT Major Antônio de Aquino	Mulungu	2020
174	ECI Antônio Francisco Gomes	Santa Cecília	2020
175	ECI Irma Joaquina Sampaio	Campina Grande	2020
176	ECI Joana Emilia da Silva	Fagundes	2020
177	ECI José Miguel Leao	Campina Grande	2020
178	ECI Maria Zeca Souza	Massaranduba	2020
179	ECI Mons José Borges	São Sebastião de Lagoa de Roça	2020
180	ECI Mons José Paulino	Arara	2020
181	ECI Teodósio de Oliveira Ledo	Boa Vista	2020
182	ECIT Alcides Bezerra	Cabaceiras	2020
183	ECIT Antônio Galdino	Pocinhos	2020
184	ECIT Dr Francisco de Albuquerque Montenegro	Natuba	2020
185	ECIT Francisco Deodato do Nascimento	São Domingos do Cariri	2020
186	ECIT Francisco E. do Rego	Queimadas	2020
187	ECIT Monsenhor José Borges de Carvalho	Alagoa Nova	2020



188	ECIT Ene Oswaldo T de Albuquerque Melo	Alagoa Grande	2020
189	ECIT Cicero dos Anjos	São Vicente do Seridó	2020
190	ECI Manoel Honorato Sobrinho	Coxixola	2020
191	ECIT Dep Alvaro G Queiroz (Professor Neir Alves Porto)	Santo André	2020
192	ECIT Juarez Maracajá	Gurjão	2020
193	ECI Coêlho Lisbôa	Santa Luzia	2020
194	ECI Jose Vitorino de Medeiros	Sossego	2020
195	ECI Maria de Lourdes Meira	São José do Bonfim	2020
196	ECIT José Luiz Neto	Barra de Santa Rosa	2020
197	ECIT Jose Rolderick de Oliveira	Nova Floresta	2020
198	ECIT Dr Antonio F Medeiros	Malta	2020
199	ECI Joao Cavalcanti Sula	Boa Ventura	2020
200	ECI Joao de S Primo	Pedra Branca	2020
201	ECIT Antonio Avelino de Almeida	Olho D'água	2020
202	ECI Jose Nilson Santiago	Poço Dantas	2020
203	ECI Sao Jose Operario	Joca Claudino	2020
204	ECI Agenor Mendes Pedrosa	Aguiar	2020
205	ECI Dr Felizardo Leite	Santana dos Garrotes	2020
206	ECIT Bernardino Jose Batista	Triunfo	2020
207	ECIT Dr Jose Duarte Filho	Uiraúna	2020
208	ECIT Prof Joaquim Lacerda Leite	São José de Piranhas	2020
209	ECI Manoel Otaviano	Ibiara	2020
210	ECIT Presidente Kennedy	Santana de Mangueira	2020
211	ECI Francisco Maia	Jericó	2020
212	ECI Profª Diva Guedes de Araujo	Brejo dos Santos	2020
213	ECIT Daniel Carneiro	Riacho dos Cavalos	2020
214	ECI Joel Pereira da Silva	Carrapateira	2020
215	ECI Profº Adalberto de Sousa Oliveira	Cachoeira dos Índios	2020
216	ECIT Monsenhor Moraes	Bonito de Santa Fé	2020
217	ECI Nestorina Abrantes	Lastro	2020
218	ECIT Valdemiro W de Oliveira	Santa Cruz	2020
219	ECI Ene Mons Sebastiao Rabelo	Manaíra	2020
220	ECI José Nominando	Água Branca	2020

221	ECIT Maria do Socorro Ramalho Quirino	Imaculada	2020
222	ECI Manoel Avelino de Paiva	Caldas Brandão	2020
223	ECIT José Lins do Rego	Pilar	2020
224	ECIT Otavia Silveira	Mogeiro	2020
225	ECI Deputado Levi Olimpio Ferreira	São Bentinho	2020
226	ECIT Francisco de Sá Calvacante	Paulista	2020
227	ECI Agropecuarista José Wilson de Albuquerque Melo	Capim	2020
228	ECI Dr Gustavo de Lima Sobrinho	Mamanguape	2020
229	ECI Prof Renato Fonseca Filho	Cuité de Mamanguape	2020
230	ECI Severina Ramos de Oliveira	Sobrado	2021
231	ECI João de Freitas Mouzinho	Sertãozinho	2021
232	ECI Maria José Miranda Burity	Serra da Raiz	2021
233	ECI Pedro Ribeiro de Lima	Riachão	2021
234	ECI Pref José Antônio Neves	LOGRADOURO	2021
235	ECI Professora Beatriz Maria de Abreu	Casserengue	2021
236	ECI Silvio Porto	Pilõesinhos	2021
237	ECI Alm Antônio Heraclito do Rego	Barra de Santana	2021
238	ECI Ana Ferreira da Costa	Riacho de Santo Antônio	2021
239	ECI Euclides Mouzinho Santos	Algodão de Jandaíra	2021
240	ECI Félix Araújo - Caturité	Caturité	2021
241	ECI Francisco A Silva	Areial	2021
242	ECI João da Silva Monteiro	Gado Bravo	2021
243	ECI José R de Ataíde	Itatuba	2021
244	ECI Maria Elidia Rangel	Tenório	2021
245	ECI Melquiades Tejo	Barra de São Miguel	2021
246	ECI Monsenhor Sales	Campina Grande	2021
247	ECI Prof Maria José Costa de Albuquerque	Olivedos	2021
248	ECIT Dom Aduino	Serra Redonda	2021
249	ECI Prefeito Severino Pereira Gomes	Baraúna	2021
250	ECI Cel Serveliano de Farias Castro	Caraúbas	2021
251	ECI Jairo Aires Caluete	Parari	2021

252	ECI Malaquias Batista Feitosa	São Sebastião do Umbuzeiro	2021
253	ECI Mario Oliveira Chaves	São João do Tigre	2021
254	ECI Prof Maria Celeste do Nascimento	Zabelê	2021
255	ECIT Manoel Alves Campos	Congo	2021
256	ECI Aldo Satiro Xavier	Cacimba de Areia	2021
257	ECI Clovis Satiro	Areia de Baraúnas	2021
258	ECI Francisco Romano da Silveira	Mãe d'Água	2021
259	ECI Profº Odilon de Figueiredo	Várzea	2021
260	ECIT Olavo Bilac	São José do Sabugi	2021
261	ECIT Pedro Terto da Cunha	Cacimbas	2021
262	ECIT Profª Margarida Remigio Loureiro	Emas	2021
263	ECI Coronel Zuza Lacerda	Curral Velho	2021
264	ECI Bartolomeu Maracaja	São José dos Cordeiros	2021
265	ECI Otaviano L da Silva	São José de Caiana	2021
266	ECI de Amparo	Amparo	2021
267	ECI Nossa Sra das Graças	Ouro Velho	2021
268	ECI Herculano Pereira	Quixaba	2021
269	ECI Antonio Moacir Dantas Cavalcanti	Maturéia	2021
270	ECI Conego Machado	Passagem	2021
271	ECI Fenelon Nobrega	Salgadinho	2021
272	ECI Professor Joao Noberto	Santa Teresinha	2021
273	ECI Olivia Saraiva Maia	São José do Brejo do Cruz	2021
274	ECIT Inacio da Catingueira	Catingueira	2021
275	ECI Bonifacio Saraiva de Moura	Monte Horebe	2021
276	ECI Jose Americo de Almeida	São José de Espinharas	2021
277	ECI Nelson Batista Alves	Bernardino Batista	2021
278	ECI Prof Joaquim Umbelino	Bom Jesus	2021
279	ECI Eneas Leite	Santa Inês	2021
280	ECI Prof Josefa Justino Gomes	Serra Grande	2021
281	ECIT Joao Leite Neto	Nova Olinda	2021
282	ECIT Santo Antonio	Piancó	2021

283	ECI Antônio Gregorio de Lacerda	São José da Lagoa Tapada	2021
284	ECI Dorgival Silveira	São Francisco	2021
285	ECI Francisco Augusto Campos	Nazarezinho	2021
286	ECI Maria Moreira Pinto	Vieirópolis	2021
287	ECIT Dr José Gadelha	Aparecida	2021
288	ECI Dep Nominando Muniz Diniz	São José de Princesa	2021
289	ECI Aduino Cabral de Vasconcelos	Riachão do Bacamarte	2021
290	ECI Dom Aduino 12	Juarez Távora	2021
291	ECI Joao Ribeiro	Gurinhém	2021
292	ECI Jocelyn Velloso Borges	São José dos Ramos	2021
293	ECI Maria Lins	São Miguel de Taipu	2021
294	ECI Frei Bruno	Lagoa	2021
295	ECI Manoel Medeiros de Araujo	Vista Serrana	2021
296	ECI Maria Soledade Assis Freitas	Cajazeirinhas	2021
297	ECI Índio Antônio Sinesio da Silva	Marcação	2021
298	ECI Margarida Dias	Pedro Régis	2021
299	ECI Pedro Poti	Mataraca	2021
300	ECIT Ivan Bichara Sobreira	Lagoa de Dentro	2021
301	ECI Jose Serafim de Lima	Mato Grosso	2021
302	ECIT Matias Freire	Baía da Traição	2021